

17 — Em situações de igualdade de valoração, aplicam-se os critérios de ordenação preferencial estabelecidos no ACT.

18 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, é notificada nos termos do disposto no n.º 2, da cláusula 18.ª, do acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 43 de 22 de novembro de 2015.

19 — Constituição do júri:

Presidente — Dra. Maria Manuela Neto Véstia — Assistente Graduada de Patologia Clínica no Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.

1.º Vogal efetivo — Dra. Maria Isabel Gonçalves Padroso — Assistente Graduada de Patologia Clínica no Hospital Distrital de Santarém, E. P. E., que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2.º Vogal efetivo — Dra. Paula Cristina Costa Pinto — Assistente Graduada de Patologia Clínica no Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.

1.º Vogal suplente — Dra. Natércia Maria Cravid Will — Assistente de Patologia Clínica no Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.

2.º Vogal suplente — Dra. Sónia Marisa de Jesus Fernandes da Silva de Faria — Assistente de Patologia Clínica no Hospital Distrital de Santarém, E. P. E.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida junto do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, através de contacto por correio eletrónico para o endereço recrutamento@hds.min-saude.pt

15 de maio de 2018. — O Vogal do Conselho de Administração, *Dr. João Vaz Rico*.

311351642



PARTE H

MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Aviso n.º 7111/2018

4.ª Alteração ao Plano de Urbanização de Almeirim

Pedro Miguel César Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Almeirim:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal de Almeirim, na sua reunião de 15 de maio de 2018, deliberou por unanimidade submeter a período de discussão pública a proposta da 4.ª alteração do Plano de Urbanização de Almeirim.

Durante este período, os interessados poderão consultar os elementos aprovados em reunião de Câmara relativos ao presente procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Almeirim, na Divisão de Habitação e Urbanismo no edifício sede do Município, durante o horário de expediente ou no sítio da Internet do Município de Almeirim em www.cm-almeirim.pt.

Os interessados deverão apresentar as sugestões ou informações mediante exposição dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, devendo nesta constar a identificação e o endereço dos seus autores e a qualidade em que se apresentam.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

16 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Pedro Miguel César Ribeiro*.

611357612

MUNICÍPIO DO BOMBARRAL

Aviso (extrato) n.º 7112/2018

Ricardo Manuel Silva Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Bombarral.

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 191.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Assembleia Municipal, na sua reunião de vinte e sete de novembro de dois mil e dezassete, aprovou por unanimidade a versão final da VI Alteração do Plano Diretor Municipal. Terminado o período da discussão pública, foi deliberado por unanimidade e em minuta, divulgar, nos termos do n.º 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

(RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, designadamente através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do sítio do município na internet, os resultados da ponderação, que não introduziu quaisquer alterações à proposta inicial, dado não ter havido contributos ou qualquer outra pronúncia. A versão final da proposta, que consta da introdução de: — mais um artigo, com o n.º 75.º, no Regulamento do plano que se reporta exclusivamente às regularizações, com ou sem ampliações futuras, das instalações ou explorações, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, cuja redação proposta é: “Artigo 75.º Regularização de estabelecimentos e explorações ao abrigo do D.L. n.º 165/2014, de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19/07, 1 — Os estabelecimentos e explorações que foram sujeitos a parecer favorável ou favorável condicionado por parte das entidades que se pronunciaram em sede de Conferência Decisória, no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19/07, identificados na Carta de Ordenamento e na Carta de Condicionantes, devem ser licenciados nos termos e nas condições exatos exarados nas atas das conferências decisórias respetivas, assim como dos pareceres, documentos complementares e peças escritas e desenhadas finais que instruíram os pedidos, sem prejuízo dos pareceres, licenças, e autorizações que sejam necessários nos termos dos regimes legais setoriais aplicáveis. 2- para cada estabelecimento ou exploração a regularizar nos termos do número anterior consta em anexo ao presente regulamento, listagem dos documentos fundamentais que condicionam o seu licenciamento.” — mais dois anexos, um por cada pedido, com as respetivas Atas das Conferências Decisórias, condições estabelecidas, pareceres das entidades, número do processo da entidade coordenadora, Declaração de Interesse Público Municipal, Despacho n.º 1785/2017 com Declaração de Interesse Público (DIP) de utilização não agrícola de solos integrados na RAN, ao abrigo do artigo 25.º do seu regime jurídico (Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro-RJLAN), publicado no *Diário da República* em 27/02/2017, referente ao estabelecimento Primofrutas. — alteração da Carta de Ordenamento com a delimitação do perímetro de cada uma das unidades a regularizar, devidamente identificadas por um número, conforme a respetiva legenda. — alteração da Carta de Condicionantes com a delimitação do perímetro de cada uma das unidades a regularizar, devidamente identificadas por um número, conforme a respetiva legenda.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo assim como publicados na comunicação social e no site do Município.

18 de janeiro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Manuel Silva Fernandes*.

Ata — 27 de novembro de 2017**VI Alteração ao PDM:**

Apreciada a informação n.º 09/DOPU/SPGU/PU/2017, e terminado o período da discussão pública, foi deliberado por unanimidade e em minuta, divulgar, nos termos do n.º 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, designadamente através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do sítio do município na internet, os resultados da ponderação, que não introduziu quaisquer alterações à proposta inicial, dado não ter havido contributos ou qualquer outra pronúncia. A versão final da proposta da VI alteração ao Plano Diretor Municipal do Bombarral, que consta da introdução de: mais um artigo, com o n.º 75.º, no Regulamento do plano, que se reporta exclusivamente às regularizações, com ou sem ampliações futuras, das instalações ou explorações, ao abrigo do DL 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, cuja redação proposta é: “Artigo 75.º Regularização de estabelecimentos e explorações ao abrigo do D.L. n.º 165/2014, de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19/07, 1 — Os estabelecimentos e explorações que foram sujeitos a parecer favorável ou favorável condicionado por parte das entidades que se pronunciaram em sede de Conferência Decisória, no âmbito do D.L. n.º 165/2014, de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19/07, identificados na Carta de Ordenamento e na Carta de Condicionantes, devem ser licenciados nos termos e nas condições exatos exarados nas atas das conferências decisórias respetivas, assim como dos pareceres, documentos complementares e peças escritas e desenhadas finais que instruíram os pedidos, sem prejuízo dos pareceres, licenças, e autorizações que sejam necessários nos termos dos regimes legais setoriais aplicáveis. 2 — Para cada estabelecimento ou exploração a regularizar nos termos do número anterior consta em anexo ao presente regulamento, listagem dos documentos fundamentais que condicionam o seu licenciamento.”—mais dois anexos, um por cada pedido, com as respetivas Atas das Conferências Decisórias, condições estabelecidas, pareceres das entidades, número do processo da entidade coordenadora, Declaração de Interesse Público Municipal, Despacho n.º 1785/2017 com Declaração de Interesse Público (DIP) de utilização não agrícola de solos integrados na RAN, ao abrigo do artigo 25.º do seu regime jurídico (DL n.º 199/2015, de 16 de setembro-RJLAN), publicado no *Diário da República* em 27/02/2017, referente ao estabelecimento Primofrutas. — alteração da Carta de Ordenamento com a delimitação do perímetro de cada uma das unidades a regularizar, devidamente identificadas por um número, conforme a respetiva legenda. -alteração da Carta de Condicionantes com a delimitação do perímetro de cada uma das unidades a regularizar, devidamente identificadas por um número, conforme a respetiva legenda.

Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a VI alteração ao PDM.

18 de janeiro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Manuel Silva Fernandes*.

Artigo 75.º

**Regulamentação de estabelecimentos e explorações
ao abrigo do D.L. n.º 168/2014,
de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016 de 19/07**

Os estabelecimentos e explorações que foram sujeitos a parecer favorável ou favorável condicionado das entidades que se pronunciaram em sede de conferência decisória, identificados na carta de ordenamento e na carta de condicionantes, podem ser licenciados nos termos e condições exatas das conferências decisória respetiva, conforme documentos cuja listagem consta como anexo ao presente regulamento.

**Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT
(conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)**

43161 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_43161_1.jpg
43161 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_43161_2.jpg
43162 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_43162_3.jpg
43164 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_43164_4.jpg
43164 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_43164_5.jpg
43164 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_condicionantes_43164_6.jpg
611325341

Aviso n.º 7113/2018**Publicação de lista unitária de ordenação final**

**Procedimento concursal: assistente operacional — cantoneiro
de limpeza**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informa-se que a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, de dois assistentes operacionais — cantoneiro de limpeza, aberto por aviso n.º 3021/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 58, de 22 de março de 2017, foi homologada por despacho datado de 20 de abril de 2018, afixada no local habitual das instalações municipais e disponibilizada na página eletrónica do Município de Bombarral.

23 de abril de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Ricardo Manuel da Silva Fernandes*.

311337979

Aviso n.º 7114/2018**Consulta Pública**

**Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo
do Município de Bombarral**

Ricardo Manuel da Silva Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Bombarral, torna público que, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, é submetido a consulta pública, para recolha de sugestões, e durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, o Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Bombarral, aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 24 de abril de 2018.

O texto integral do referido documento poderá ser consultado na página eletrónica do Município de Bombarral, em www.cm-bombarral.pt, nas Juntas de Freguesia, bem como no Setor de Atendimento e Expediente Geral, sito na Praça do Município, 2540-046 Bombarral, durante o horário normal de funcionamento.

As sugestões que se entendam por convenientes, poderão ser feitas por escrito, dirigidas ao Presidente da Câmara, e remetidas por correio postal ou eletrónico para o endereço atendimento@cm-bombarral.pt, ou entregues no Setor de Atendimento e Expediente Geral, nos dias úteis, entre as 9:00 e as 16:00 horas.

8 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal de Bombarral, *Ricardo Manuel da Silva Fernandes*.

311335686

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**Aviso (extrato) n.º 7115/2018**

**Delimitação da área de reabilitação urbana
do centro tradicional de Bragança**

Hernâni Dinis Venâncio Dias, Presidente da Câmara Municipal de Bragança,

Torna público que a Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária de 27 de abril de 2018, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal relativa ao projeto de delimitação da área de reabilitação urbana do centro tradicional de Bragança, elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, conforme planta que se anexa.

Mais se informa que nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, os elementos que acompanham o projeto de delimitação da área de reabilitação urbana, poderão ser consultados na Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo, nas horas normais de expediente e em www.cm-braganca.pt

16 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara, *Hernâni Dinis Venâncio Dias*.